

VÓLIA BOMFIM

# DIREITO DO TRABALHO

---

DE ACORDO COM A  
**REFORMA TRABALHISTA**

**18.<sup>a</sup> edição**

Revista e atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 09.03.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2021 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

Bomfim, Vólia

Direito do Trabalho: de acordo com a reforma trabalhista / Vólia Bomfim. – 18. ed. – Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-309-9319-1

1. Direito do trabalho – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título

21-68746

CDU: 349.2(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

## Unidade I DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

<b>CAPÍTULO 1 – DIREITO DO TRABALHO (HISTÓRICO)</b> .....	3
1. Trabalho .....	3
1.1. Origem da Palavra.....	3
1.2. Definição .....	3
2. Direito do Trabalho .....	3
2.1. Conceito.....	3
2.2. Características.....	5
2.3. Denominação .....	8
2.4. Divisão do Direito do Trabalho .....	8
2.5. Natureza Jurídica ou Taxonomia.....	9
3. Fundamentos e Formação Histórica.....	11
3.1. Fundamento.....	11
3.2. Histórico Mundial .....	12
3.3. Histórico no Brasil .....	16
3.4. Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT .....	19
 <b>CAPÍTULO 2 – DIREITO DO TRABALHO</b> .....	 21
1. Publicização do Direito .....	21
2. Globalização e a Crise do Direito do Trabalho.....	22
3. Flexibilização e Desregulamentação.....	32
4. Princípio Constitucional da Condição mais favorável como limite à Flexibilização dos Direitos Fundamentais do Trabalho .....	41
 <b>CAPÍTULO 3 – FONTES DE DIREITO DO TRABALHO</b> .....	 49
1. Conceito de Fonte.....	49
2. Conceito de Fonte de Direito.....	49
2.1. Direito Positivo – Conceito.....	49
3. Importância do Assunto .....	50

4. Fonte de Direito do Trabalho.....	50
5. Tipos.....	51
5.1. Fontes Materiais de Direito do Trabalho.....	52
5.2. Fontes Formais de Direito do Trabalho.....	53
5.2.1. Fontes Formais Autônomas ou Profissionais.....	53
5.2.2. Fontes Formais Heterônomas, Imperativas ou Estatais.....	53
5.2.3. Fontes Formais e Hierarquia Formal.....	54
6. Análise das Fontes Formais de acordo com a Hierarquia.....	55
6.1. Constituição.....	55
6.2. Lei.....	58
6.3. Decretos.....	60
6.4. Sentenças Normativas.....	65
6.5. Convenções Coletivas e Acordos Coletivos.....	66
6.6. Costume.....	67
6.6.1. Formas.....	67
6.7. Jurisprudência.....	68
6.7.1. Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes.....	70
6.7.2. Precedentes Normativos.....	71
6.7.3. Orientações Jurisprudenciais.....	71
6.7.4. Súmulas, Súmulas Vinculantes e Súmulas Impeditivas.....	73
6.7.5. Limitações Impostas pela Lei nº 13.467/17.....	75
6.8. Tratados e Convenções Internacionais.....	77
6.9. Equidade.....	86
6.9.1. Julgamento com Equidade e Julgamento por Equidade...	87
6.10. Princípios Gerais de Direito.....	90
6.11. Regulamento de Empresa.....	90
6.12. Contrato de Trabalho.....	92
6.13. Laudo ou Sentença Arbitral.....	93
7. Hierarquia das Fontes no Caso Concreto.....	94
7.1. Formal.....	94
7.2. Material.....	94
7.3. Critério de Comparação.....	94
<b>CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E DO DIREITO DO TRABALHO...</b>	<b>101</b>
1. Conceito de Interpretação.....	101

1.1. Conceito Jurídico de Interpretação .....	102
2. Interpretação Constitucional – Conceito.....	102
3. Constituição .....	102
4. Sistemas Específicos de Interpretação Constitucional.....	103
4.1. Métodos de Interpretação Constitucional .....	103
4.2. Princípios de Interpretação Constitucional.....	104
4.3. Modalidades de Princípios de Interpretação Constitucional.....	105
4.3.1. Princípio da Supremacia Constitucional.....	105
4.3.2. Princípio da Unidade da Constituição .....	105
4.3.3. Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização ....	106
4.3.4. Princípio da Força Normativa da Constituição.....	106
4.3.5. Princípio da Máxima Efetividade ou da Eficiência.....	106
4.3.6. Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público .....	107
4.3.7. Princípio do Efeito Integrador .....	107
4.3.8. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição .....	108
4.3.9. Princípio da Proporcionalidade.....	112
4.4. Modernas Técnicas de Interpretação Constitucional.....	113
4.4.1. Controle de Constitucionalidade através da Interpretação Conforme a Constituição .....	113
4.4.2. Declaração de Inconstitucionalidade com Apelo ao Legislador.....	114
5. Hermenêutica Tradicional.....	115
6. Métodos de Interpretação e Escolas de Interpretação .....	116
6.1. Interpretação Tradicional, Gramatical ou Literal (Quanto aos Elementos ou à Natureza).....	116
6.2. Interpretação Histórico-Evolutiva (Quanto aos Elementos ou à Natureza) .....	121
6.3. Interpretação Histórica (Quanto aos Elementos ou à Natureza).....	123
6.4. Interpretação Teleológica ou Lógica (Quanto aos Elementos ou à Natureza) .....	124
6.5. Interpretação Sistemática (Quanto aos Elementos ou à Natureza) .....	126
6.6. Interpretação através de Pesquisa Científica .....	127
6.7. Interpretação Extensiva, Interpretação Restritiva e Interpretação Declarativa (Quanto ao Resultado da Interpretação).....	127
6.8. Interpretação Autêntica, Legislativa ou Legal (Quanto à Origem).....	128

6.9. Interpretação Doutrinária ou Privada (Quanto à Origem).....	129
6.10. Interpretação Judicial ou Jurisprudencial (Quanto à Origem).....	129
6.11. Da Interpretação em Favor da Liberdade.....	129
7. Interpretação do Direito do Trabalho.....	130
8. Interpretação das Normas Coletivas.....	130
<b>CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO TERRITÓRIO, NO TEMPO E NO ESPAÇO .....</b>	<b>133</b>
1. No Território.....	133
2. No Tempo.....	134
3. No Espaço – Direito Internacional Privado do Trabalho.....	134
3.1. Aplicação da Lei Trabalhista no Território.....	135
3.1.1. Trabalho Permanente em um só País.....	136
3.1.2. Trabalho Transitório ou Intermitente pela Natureza do Serviço Executado em Diversos Países por Período de até 90 Dias.....	137
3.1.3. Transferência Provisória Superior a 90 Dias.....	138
3.1.4. Trabalho Prestado às Pessoas de Direito Público Internacional ou Equiparados (OIT, ONU, Representações Diplomáticas, Embaixadas ou Consulados).....	140
3.1.5. Direito Marítimo e Aéreo.....	146
3.1.6. Itaipu.....	149
3.1.7. Lei nº 7.064/82.....	150
3.1.7.1. Teorias.....	151
3.1.8. Contrato e Norma mais Favorável.....	154
<b>CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS.....</b>	<b>155</b>
1. Conceito de Princípio.....	155
2. Conceito Tradicional de Princípio de Direito.....	155
3. Conceito de Princípios Constitucionais.....	156
3.1. Eficácia dos Princípios Constitucionais.....	157
3.2. Regras e Princípios Constitucionais na Visão de Canotilho.....	160
3.2.1. Função dos Princípios para Canotilho.....	161
3.3. Funções dos Princípios para o Direito Moderno.....	162
3.4. Princípios, Regras e Valores Constitucionais na Visão Moderna Brasileira.....	164
4. Princípios × Fontes – Visão Trabalhista.....	166

5. Princípios Aplicáveis ao Direito do Trabalho .....	167
5.1. Princípios Universais de Direito do Trabalho.....	167
5.2. Princípios Gerais Constitucionais de Direito do Trabalho.....	168
5.3. Princípios Constitucionais Específicos de Direito do Trabalho.....	169
5.4. Princípios Gerais Aplicáveis ao Direito do Trabalho.....	170
<b>CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>171</b>
1. Introdução .....	171
2. Espécies.....	173
2.1. Princípio da Prevalência da Condição mais Benéfica ao Trabalhador.....	173
2.1.1. Requisitos .....	174
2.1.2. Condição Favorável .....	174
2.1.3. Habitualidade na Concessão do Benefício.....	175
2.1.4. Concessão Voluntária e Incondicional.....	176
2.1.5. Inexistência de Impedimento Legal.....	178
2.1.6. Exceções ao Princípio da Prevalência da Condição mais Favorável ao Trabalhador.....	179
2.2. Princípio da Norma mais Favorável ao Trabalhador.....	181
2.3. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i> ou <i>In Dubio Pro Operario</i> .....	184
2.3.1. Requisitos .....	187
2.4. Princípio da Primazia da Realidade .....	189
2.5. Princípio da Intangibilidade e da Irredutibilidade Salarial .....	194
2.6. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego .....	195
2.7. Princípio da Continuidade da Empresa, ou da Preservação da Empresa, ou Função Social da Empresa.....	196
2.8. Princípio da Inalterabilidade Contratual <i>In Pejus</i> .....	205
2.8.1. Outras Exceções.....	207
2.9. Princípio da Irrenunciabilidade e da Intransacionabilidade.....	208
2.9.1. Conciliação Judicial e Extrajudicial.....	223
2.9.2. Renúncias e Transações Previstas em Lei ou Toleradas pela Jurisprudência.....	224
2.9.3. Das Comissões de Conciliação Prévia e da Súmula nº 330 do TST .....	226
2.9.4. Renúncia e Transação de Direitos Privados.....	235
2.10. Princípio da Boa-fé.....	236

2.10.1. Princípio do Rendimento.....	237
2.11. Princípio da Alheabilidade ou <i>Ajenidad</i> .....	238
2.12. Princípio da Unidade, da Estabilidade ou da Segurança.....	239
<b>CAPÍTULO 8 – RELAÇÃO DE EMPREGO</b> .....	241
1. Natureza Jurídica da Relação de Emprego – Resumo das Teorias .....	242
1.1. Teoria Anticontratalista.....	242
1.2. Teoria Acontratalista ou Paracontratalista .....	244
1.3. Teoria Contratualista e Teoria Eclética ou Sincrética.....	245
1.3.1. Evolução Histórica da Teoria Contratualista .....	246
1.3.2. Teoria do Arrendamento ou Locação.....	246
1.3.3. Teoria da Compra e Venda .....	246
1.3.4. Teoria do Mandato .....	247
1.3.5. Teoria da Sociedade.....	247
<b>CAPÍTULO 9 – REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO</b> .....	249
1. Conceito e Caracterização.....	250
2. Empregado Urbano ou Rural.....	251
2.1. Pessoaalidade .....	251
2.2. Subordinação Jurídica .....	254
2.2.1. Subordinação Direta e Indireta.....	256
2.2.2. Subordinação Objetiva e Subjetiva.....	257
2.2.3. Parassubordinação.....	258
2.2.4. Subordinação Estrutural ou Integrativa .....	260
2.3. Onerosidade.....	261
2.4. Habitualidade ou Não Eventualidade.....	267
2.5. Risco do Negócio do Empregador.....	272
2.6. <i>Ajenidad</i> ou Alheabilidade ou Alienação .....	275
2.7. Exclusividade .....	278
<b>CAPÍTULO 10 – TRABALHADORES E EMPREGADOS ESPECIAIS</b> .....	279
1. Trabalhador Eventual .....	279
2. Adventícios.....	284
3. Autônomo.....	284
4. Profissionais Liberais.....	287



5. Trabalhador Avulso Portuário e Não Portuário.....	288
5.1. Trabalhador Avulso.....	288
5.2. Conceito.....	289
5.3. Avulso Portuário.....	293
5.4. Competência da Justiça do Trabalho.....	294
5.5. Trabalho Portuário.....	295
5.5.1. Breve Histórico.....	295
5.5.2. Princípios.....	295
5.5.3. Trabalho Portuário.....	299
5.6. OGMO.....	302
5.7. Instalações Portuárias.....	303
5.8. Trabalhador Portuário e Trabalhador Portuário Avulso.....	304
5.9. Direitos dos Trabalhadores Avulsos.....	305
6. Trabalhador Temporário.....	307
7. Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros.....	308
8. Relação de Emprego entre Pai e Filho e entre Parentes.....	309
9. Trabalhadores Intelectuais.....	310
10. Altos Empregados ou Empregados de Confiança.....	310
10.1. Conceito.....	310
10.2. Espécies.....	311
11. Pastor e Igreja ou Padre e Igreja.....	314
12. Representante Comercial.....	315
12.1. Conceito.....	315
12.2. Semelhanças e Distinções entre Vendedor Empregado e Representante Comercial.....	315
13. Cooperado x Cooperativa.....	318
13.1. Conceito.....	318
13.2. Natureza Jurídica.....	319
13.3. Princípios.....	320
13.4. Normas e Legislações Aplicáveis.....	321
13.5. Objetivo.....	322
13.6. Vínculo entre o Cooperado e a Cooperativa ou entre o Cooperado e o Tomador.....	322
14. Estagiário.....	325
14.1. Requisitos para a Validade do Estágio.....	326
14.2. Tipos de Estágio e Tempo Máximo de Duração.....	327

14.3. Jornada de Trabalho do Estagiário .....	328
14.4. Direitos do Estagiário após a Lei nº 11.788/08 .....	328
15. Mãe Crecheira, Mãe Social, Mãe Substituta .....	329
16. Índio .....	333
17. Trabalho Voluntário.....	335
18. Trabalho do Preso .....	335
19. Transportador Autônomo de Cargas.....	337
<b>CAPÍTULO 11 – EMPREGADOS DOMÉSTICOS .....</b>	<b>339</b>
1. Histórico e Regulamentação Legal.....	339
2. Contrato e Conceito .....	340
3. Eficácia dos Direitos Constitucionais do Empregado Doméstico .....	351
4. Direitos .....	353
4.1. Salário Mínimo.....	356
4.2. Irredutibilidade, Intangibilidade e Impenhorabilidade de Salário.....	362
4.3. Décimo Terceiro Salário .....	362
4.4. Repouso Semanal Remunerado e Feriados.....	363
4.5. Férias Acrescidas de 1/3 .....	364
4.6. Licença-Maternidade, Paternidade e Estabilidade Gestante .....	368
4.7. Aviso Prévio, Contrato Determinado, Justa Causa e Verbas da Rescisão .....	372
4.8. Vale-transporte .....	374
4.9. FGTS e Seguro-Desemprego.....	375
5. Da Jornada, Intervalo e Adicional Noturno.....	376
6. Do Menor Doméstico .....	378
7. Da Prescrição para o Doméstico.....	378
8. Representação em Juízo.....	380
9. Documentos e Testemunhas.....	381
10. Sucessão .....	382
11. Normas Coletivas e Sindicato.....	383
12. Princípios .....	383
13. Contrato por Obra Certa – Construção ou Reforma de Imóvel.....	384
<b>CAPÍTULO 12 – TRABALHADOR RURAL.....</b>	<b>387</b>
1. Histórico.....	387
2. Campo de Aplicação .....	387
3. Conceito e Enquadramento Legal.....	389

4. Propriedade Rural e Prédio Rústico.....	397
5. Conceito de Empregador Rural.....	397
5.1. Consórcio de Empregadores Rurais.....	399
5.2. Grupo Econômico Rural.....	399
6. Trabalhadores Rurais.....	400
6.1. Contrato Misto.....	402
7. Distinções Entre o Empregado Rural e o Urbano – Lei nº 5.889/73.....	402
7.1. Peculiaridades do Trabalhador Rural e Distinções.....	403
7.1.1. Aviso Prévio.....	403
7.1.2. Intervalo Interjornada.....	403
7.1.3. Intervalo.....	404
7.1.4. Horário e Adicional Noturno.....	404
7.1.5. Safrista.....	404
7.1.6. Utilidades.....	404
7.1.7. Moradia.....	406
7.1.8. FGTS e PIS.....	406
7.1.9. Salário-família.....	406
7.1.10. Insalubridade e Periculosidade.....	407
7.1.11. Discriminação a Idade.....	407
7.1.12. Enquadramento Sindical e Categoria Diferenciada.....	407
7.1.13. Prescrição Parcial.....	408
<b>CAPÍTULO 13 – EMPREGADOR.....</b>	<b>413</b>
1. Despersonalização do Empregador.....	413
1.1. Empregador – Empresa.....	413
1.2. Empregador “por Equiparação”.....	415
1.3. Empresa e Estabelecimento.....	417
1.3.1. Alienação do Estabelecimento. Trespasse. Visão Civil.....	419
2. Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	420
2.1. Criação da Pessoa Jurídica.....	420
2.2. Pessoa Jurídica – Natureza Jurídica.....	420
2.3. Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	421
2.3.1. Requisitos.....	423
2.4. Origem Histórica.....	423
2.5. Terminologia.....	424
2.6. Direito do Consumidor e Direito do Trabalho.....	424

3. Responsabilidade entre Sócio e Sociedade .....	425
3.1. Responsabilidade Ilimitada.....	426
3.2. Responsabilidade Limitada.....	427
3.3. Sociedade Limitada (Arts. 1.052/1.087 do Código Civil) .....	427
3.4. Teoria <i>Ultra Vires</i> .....	428
3.5. Responsabilidade Solidária ou Subsidiária entre Sócio e Sociedade.....	429
4. Grupo Econômico.....	429
4.1. Conceito.....	430
4.2. Grupo por Subordinação e por Coordenação .....	431
4.3. Requisitos para a Caracterização .....	436
4.4. Pessoas Físicas ou Jurídicas que Não Exploram Atividade Lucrativa .....	437
4.5. Solidariedade.....	439
4.6. Aspecto Processual .....	441
<b>CAPÍTULO 14 – SUCESSÃO DE TITULARES DA EMPRESA OU DE EMPRESÁRIOS</b> .....	443
1. Conceito.....	443
1.1. Nomenclatura.....	444
1.2. Transferência.....	446
1.3. Provisória ou Definitiva.....	448
1.4. Título Público ou Privado.....	448
1.4.1. Privatização ou Desestatização .....	449
1.4.2. Estatização.....	451
1.4.3. Substituição de Concessionário de Serviço Público .....	452
1.4.4. Desmembramento de Município .....	455
1.4.5. Cartórios Extrajudiciais.....	455
1.4.6. Leilão Público ou Hasta Pública .....	460
1.4.7. Lei .....	462
1.5. Formas Especiais de Sucessão .....	463
1.5.1. Liquidação Extrajudicial.....	463
1.6. Oneroso ou Gratuito .....	464
1.7. Sucessor Continua Explorando a mesma Atividade-fim que o Sucedido.....	464
1.8. Desnecessária a Continuidade da Prestação de Serviços do Empregado .....	464

1.9. O Sucedido fica Desonerado das Dívidas Trabalhistas após a Sucessão.....	466
2. Natureza Jurídica.....	467
<b>CAPÍTULO 15 – TERCEIRIZAÇÃO</b> .....	471
1. Terminologia.....	471
2. Conceito.....	472
3. Fundamentos.....	473
4. Divisão.....	475
5. Brasil – Histórico Legislativo .....	480
6. Estudos de Alguns Casos .....	482
6.1. Art. 455 da CLT .....	483
6.1.1. Dono da Obra.....	484
6.2. Lei nº 6.019/74.....	485
6.3. Lei nº 7.102/83.....	487
6.3.1. Diferenças: Vigilante, Segurança e Vigia.....	489
6.4. Art. 442, Parágrafo Único, da CLT – Sociedades Cooperativas .....	491
6.5. Administração Pública e o Art. 37, II, da CRFB.....	492
6.6. Súmula nº 331, III, do TST.....	494
6.7. Terceirização Geral – Arts. 4º-A e ss. da Lei nº 6.019/14.....	495
7. Da Responsabilidade.....	497
7.1. Responsabilidade do Intermediador de Mão de Obra.....	497
7.2. Responsabilidade do Tomador de Mão de Obra.....	498
7.2.1. Tomador Privado .....	498
7.2.2. Tomador Público .....	499
7.2.3. Outros Casos Expressos.....	501
8. Direitos do Trabalhador Terceirizado.....	502
<b>CAPÍTULO 16 – CONTRATO DE TRABALHO</b> .....	505
<b>Título I – Fases de Formação do Contrato</b> .....	505
<b>Título II – Contrato de Trabalho</b> .....	510
1. Conceito.....	510
2. Contrato Intermitente .....	513
3. Denominação .....	518
4. Características.....	518
5. Morfologia ou Formação.....	520

<b>CAPÍTULO 17 – REQUISITOS OU ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO</b> .....	521
1. Elementos Essenciais.....	521
1.1. Elementos Essenciais Extrínsecos .....	522
1.1.1. Agente Capaz.....	522
1.1.1.1. Idade .....	524
1.1.1.2. Emenda Constitucional nº 20/98 .....	525
1.1.1.3. Idade para o Trabalho .....	526
1.1.1.4. Do Contrato de Trabalho do Menor de 16 Anos..	527
1.1.1.5. Capacidade Relativa.....	532
1.1.1.6. Idade .....	532
1.1.1.7. Mulher .....	537
1.1.1.8. Menor Aprendiz.....	538
1.1.2. Objeto Lícito.....	540
1.1.2.1. Possibilidade Física do Objeto .....	546
1.1.2.2. Determinação do Objeto.....	547
1.1.3. Formação Proibida, Forma Prescrita ou Não Defesa em Lei e “Proibição Legal”.....	547
1.1.3.1. Estudo de Alguns Casos .....	551
1.1.3.2. Policial Civil, Militar .....	552
1.1.3.3. Condições Especiais.....	554
1.1.4. Ausência dos Requisitos Essenciais.....	554
1.1.4.1. Características da Nulidade Absoluta .....	555
1.1.4.2. Características da Nulidade Relativa – Art. 177 do CC .....	555
1.1.4.3. Restituição ao Estado Anterior – Art. 182 do CC.....	555
1.2. Elementos Essenciais Intrínsecos (ou Requisitos Intrínsecos).....	556
1.2.1. Defeitos do Negócio Jurídico .....	556
1.2.1.1. Erro, Dolo e Coação.....	556
1.2.1.2. Consequência da Nulidade Relativa – Erro, Dolo e Coação.....	557
1.2.1.3. Estado de Perigo e Lesão.....	557
1.2.1.4. Simulação – Art. 167 do Código Civil.....	558
1.2.1.5. Fraude.....	559
1.2.2. Causa – Art. 140 do CC.....	559
2. Elementos Naturais .....	560
3. Elementos Acidentais.....	560

<b>CAPÍTULO 18 – ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO</b> .....	563
<b>Título I – Quanto ao Tempo (Contrato por Prazo Determinado)</b> .....	563
1. Teoria Geral e Regra.....	563
2. Forma.....	564
3. Hipóteses.....	565
4. Contrato a Termo ou Sob Condição Resolutiva .....	566
5. Duração.....	571
5.1. Contrato com Prazo Superior ao Estabelecido em Lei .....	574
6. Prorrogação e Continuação.....	575
7. Suspensão, Interrupção e Estabilidade.....	577
8. <i>Dies ad Quem</i> do Contrato a Termo .....	579
9. Sucessão de Contratos a Termo.....	581
10. Requisitos para sua Validade.....	584
11. Tipos.....	585
11.1. Art. 443, § 2º, da CLT.....	585
11.1.1. Contrato de Experiência.....	585
11.2. Lei de Estímulo aos Novos Empregos – Lei nº 9.601/98 .....	592
11.3. Obra Certa – Lei nº 2.959/56.....	594
11.4. Safra – Art. 14 da Lei nº 5.889/73.....	595
11.5. Artista – Lei nº 6.533/78.....	596
11.6. Técnico Estrangeiro – Decreto-Lei nº 691/69.....	596
11.7. Atleta Profissional – Lei nº 9.615/98.....	598
11.8. Contrato Temporário – Lei nº 6.019/74.....	599
11.9. Empregados Contratados ou Transferidos para Trabalho no Ex- terior – Lei nº 7.064/82.....	600
12. Contrato por Prazo Determinado com Cláusula Assecuratória de Res- cisão Antecipada Recíproca .....	600
13. Extinção do Contrato por Prazo Determinado e seus Efeitos.....	601
13.1. Extinção Natural do Contrato a Termo – Contrato de Safra, Tem- porário e Obra Certa.....	604
14. Acordo Coletivo e Convenção Coletiva.....	605
<b>Título II – Quanto aos Sujeitos Ativos (Número de Empregados)</b> .....	605
15. Contrato de Equipe .....	605
15.1. Conceito e Características.....	605
<b>Título III – Quanto à Continuidade</b> .....	608
16. Contrato Intermitente.....	608

<b>CAPÍTULO 19 – DURAÇÃO DO TRABALHO.....</b>	<b>611</b>
1. Fundamento.....	611
2. Jornada e Horário de Trabalho.....	611
3. Trabalho Extraordinário.....	613
4. Tempo ou Trabalho Além do Limite Legal ou Contratual.....	613
4.1. Tempo à Disposição.....	613
4.1.1. Art. 4º da CLT.....	613
4.1.2. Horas <i>In Itinere</i> – Vigente antes da Lei nº 13.467/17.....	617
4.1.2.1. Itinerário Casa-Trabalho-Casa – antes da Lei nº 13.467/17.....	618
4.1.2.2. Empresa Situada em Local de Difícil Acesso ou Não Guarnecida por Transporte Público e “Regular” – antes da Lei nº 13.467/17.....	618
4.1.2.3. Condução Fornecida pelo Empregador – antes da Lei nº 13.467/17.....	619
4.1.3. Sobreaviso e Prontidão.....	619
4.1.4. Intervalo Não Previsto em Lei.....	623
4.1.5. Intervalo Não Concedido ou Suprimido.....	623
4.1.6. Intervalo Concedido Parcialmente.....	626
4.1.7. Trabalho Além da Jornada.....	627
4.1.7.1. Horas Extras Obrigatórias.....	629
5. Compensação de Jornada.....	629
5.1. Limite de Dez Horas por Dia.....	631
5.2. Limite de Duas Horas por Dia.....	632
5.3. Forma.....	633
5.4. Prazo Máximo.....	634
5.4.1. Condições Especiais.....	635
5.4.2. Empregado Público.....	635
6. Turnos Ininterruptos de Revezamento.....	635
7. Alteração da Jornada.....	638
8. Contrato por Tempo Parcial.....	640
9. Jornada Noturna.....	643
9.1. Hora Extra Noturna.....	644
10. Jornadas Especiais.....	645
10.1. Advogado.....	645
10.1.1. Acordo.....	646
10.1.2. Norma Coletiva.....	646



10.1.3. Exclusividade ou Dedicção Exclusiva .....	646
10.1.4. Conceito .....	647
10.1.5. Hora Extra e Noturna do Advogado.....	648
10.2. Engenheiros e Médicos.....	648
10.3. Digitadores .....	649
10.4. Telefonistas.....	649
10.5. Professores.....	650
11. Trabalhadores Excluídos.....	654
11.1. Constitucionalidade do Art. 62 da CLT .....	654
11.2. Excluídos.....	655
11.2.1. Empregado de Confiança que Tenha Padrão mais Elevado de Vencimentos .....	655
11.2.2. Função de Confiança.....	656
11.2.3. Primeiro Grupo – “Gerente” .....	657
11.2.4. Segundo Grupo – “Gerentão”.....	658
11.2.5. Percepção de Gratificação de 40% ou Majoração Salarial Correspondente a 40%.....	662
11.2.6. Terceiro Grupo – Diretores.....	664
11.3. Trabalhadores Externos.....	666
11.3.1. Primeiro Grupo.....	666
11.3.1.1. Trabalhador em Domicílio .....	667
11.3.1.2. Motoristas .....	668
11.3.2. Segundo Grupo .....	669
11.3.3. Terceiro Grupo.....	670
11.3.4. Anotação na CTPS da Condição de Trabalhador Externo...	670
11.4. Teletrabalho .....	670
12. Adicional de Hora Extra (Cabimento) e Horas Extras Obrigatórias.....	672
12.1. Intervalo Intrajornada Suprimido .....	672
12.2. Art. 61 da CLT .....	674
12.2.1. Hora Extra Obrigatória.....	674
12.3. Ferroviário.....	676
13. Invalidez do Acordo de Compensação .....	677
14. Pré-contratação de Horas Extras.....	679
15. Valores dos Adicionais de Horas Extras .....	680
16. Supressão das Horas Extras.....	680
17. Base de Cálculo das Horas Extras e Integração .....	681

18. Cartões de Ponto.....	683
19. Sinopse.....	686
<b>CAPÍTULO 20 – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS .....</b>	<b>689</b>
1. Breve Histórico.....	689
2. Denominação .....	690
3. Finalidade.....	690
4. Natureza Jurídica .....	690
5. Campo de Aplicação .....	691
6. Características do Descanso.....	692
7. Requisitos.....	693
8. Descanso Após o 7º Dia.....	696
9. Atividades Autorizadas a Funcionarem aos Domingos/Escala de Reve- zamento.....	698
9.1. Compensação de Jornada – Trabalho 12 × 12, 12 × 24 e 12 × 36 – Descanso Semanal.....	702
10. Trabalho em Dia de Repouso e Feriado.....	704
11. Feriados.....	705
12. Remuneração do Repouso Semanal.....	708
<b>CAPÍTULO 21 – INTERVALOS INTRAJORNADAS E INTERJORNADAS.....</b>	<b>713</b>
1. Conceito e Finalidade .....	713
2. Natureza Jurídica .....	713
3. Hipóteses.....	713
3.1. Intervalos Entrejornadas ou Interjornadas.....	713
3.2. Intervalos Intrajornadas .....	714
4. Intervalo Para Repouso e Alimentação.....	714
4.1. Duração.....	714
4.2. Controle .....	717
4.3. Redução.....	718
4.4. Prorrogação do Intervalo e Concessão de Intervalo Não Previsto em Lei.....	720
4.5. Transação, Renúncia ou Supressão.....	720
4.6. Intervalo Trabalhado ou Concedido Parcialmente – Art. 71, § 4º, da CLT.....	721
5. Intervalo do Digitador.....	721
6. <i>Call Center, Telemarketing</i> ou Teleatendimento .....	722

7. Intervalo entre Dois Dias de Trabalho.....	723
8. Intervalo para Amamentação.....	723
<b>CAPÍTULO 22 – FÉRIAS .....</b>	<b>725</b>
1. Breve Histórico – Brasil .....	725
2. Aplicação.....	725
3. Conceito e Fundamentos .....	726
4. Natureza Jurídica .....	727
5. Período de Férias e Duração .....	728
6. Aquisição do Direito.....	732
7. Férias Proporcionais.....	733
7.1. Pedido de Demissão, Justa Causa e Convenção da OIT.....	733
8. Faltas no Período Aquisitivo .....	737
9. Concessão .....	738
9.1. Período de Concessão.....	738
9.2. Forma de Pagamento .....	740
9.3. Terço Constitucional.....	741
9.3.1. Terço Constitucional sobre o Abono.....	742
9.4. Concessão Fora do Prazo.....	743
10. Época das Férias – Períodos – Regra Especial .....	744
11. Fracionamento das Férias .....	744
12. Proibição de Trabalho a Outro Empregador.....	745
13. Comunicação das Férias e Época do Pagamento.....	746
14. Férias Coletivas .....	746
15. Abono de Férias.....	747
16. Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho .....	748
17. Prescrição .....	749
<b>CAPÍTULO 23 – SALÁRIO .....</b>	<b>751</b>
1. Salário.....	751
1.1. Conceito.....	752
1.2. Natureza Jurídica do Salário.....	752
2. Remuneração.....	753
2.1. Conceito.....	753
2.1.1. Gorjeta .....	753
2.1.2. Integração.....	759

2.2. Luvas e Bicho .....	761
3. Elementos do Salário .....	762
3.1. Breves Comentários às Modificações Trazidas pela Lei nº 13.467/17 ao Art. 457 da CLT .....	763
4. Salário-utilidade.....	765
4.1. Conceito e Requisitos .....	765
4.2. Pagamento em Dinheiro .....	767
4.3. Espécies e Valor da Utilidade .....	768
4.4. Descontos .....	771
4.5. Tipos de Utilidades.....	773
4.5.1. Alimentação.....	773
4.5.2. PAT (Lei nº 6.321/76).....	776
4.5.3. Etapa.....	776
4.5.4. Habitação.....	777
4.5.5. Transporte .....	778
4.5.6. Vale-transporte.....	780
4.5.7. Vestuário .....	782
4.5.8. Higiene, Previdência, Saúde, Educação e Lazer.....	784
4.5.9. Cultura .....	785
5. Gratificações.....	786
5.1. Gratificação de Função.....	790
5.2. Gratificação Semestral .....	791
5.3. Gratificação de Quebra de Caixa .....	792
5.4. Gratificação Natalina ou Décimo Terceiro Salário.....	793
5.5. Gratificação de Balanço ou Participação nos Lucros .....	796
5.6. Gratificação por Tempo de Serviço.....	798
6. Comissões .....	799
6.1. Vendedor Pracista e Representante Comercial – Comissões.....	804
7. Prêmio .....	806
7.1. Conceito.....	806
8. Ajuda de Custo e Diárias de Viagem .....	809
9. Complementação de Aposentadoria.....	810
10. Adicionais.....	812
10.1. Conceito.....	812
10.2. Tipos.....	813
10.2.1. Adicional Noturno.....	813

10.2.2. Adicional de Hora Extra .....	815
10.2.3. Art. 61 da CLT .....	816
10.2.4. Invalidez do Acordo de Compensação.....	818
10.2.5. Valores dos Adicionais de Horas Extras .....	819
10.2.6. Adicional de Insalubridade e Periculosidade .....	820
10.2.6.1. Introdução.....	820
10.2.6.2. Taxatividade .....	821
10.2.6.3. Insalubridade .....	824
10.2.6.4. Periculosidade .....	829
10.2.6.5. Enquadramento das Atividades Insalubres e Perigosas e Prova Pericial.....	832
10.2.6.6. Acumulação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade .....	836
10.2.7. Adicional de Penosidade .....	837
10.2.8. Adicional de Transferência .....	837
11. Abonos.....	843
12. Verba de Representação.....	844
13. PIS-Pasep .....	845
14. <i>Stock Options</i> .....	846
15. Projeções ou Integrações .....	847
15.1. Considerações Gerais .....	847
15.2. Habitualidade .....	848
15.2.1. 13º Salário .....	848
15.2.2. Férias .....	850
15.2.3. Aviso Prévio e Parcelas da Rescisão Contratual.....	851
15.2.4. RSR .....	852
15.2.5. Comissionistas .....	853
<b>CAPÍTULO 24 – AJUSTE E FIXAÇÃO SALARIAL .....</b>	<b>855</b>
1. Fixação do Salário .....	855
1.1. Quanto ao Valor .....	857
1.2. Limitações ao Valor Mínimo do Salário .....	857
1.2.1. Salário Mínimo.....	858
1.2.2. Salário Mínimo Profissional Legal – Absoluto.....	862
1.2.3. Salário Mínimo Profissional Relativo .....	863
1.2.4. Salário Mínimo Normativo Sindical .....	863
2. Irredutibilidade Salarial – Flexibilização.....	863

3. Intangibilidade Salarial.....	868
3.1. Descontos Permitidos em Lei.....	868
4. Tipos de Salários.....	878
5. Pagamento do Salário .....	883
5.1. Periodicidade.....	883
6. Modo e Época de Pagamento do Salário.....	883
7. Moeda Estrangeira .....	884
8. <i>Truck System</i> .....	886
9. Retenção.....	886
10. Forma de Pagamento .....	886
11. Atraso no Pagamento do Salário.....	887
12. Prova do Pagamento do Salário .....	887
13. Cessão do Salário ou de Crédito Trabalhista.....	888
<b>CAPÍTULO 25 – DANO .....</b>	<b>889</b>
1. Conceito de Dano .....	889
1.1. Dano Reflexo ou em Ricochete.....	889
2. Indenização – Requisitos.....	890
2.1. Dano.....	890
2.1.1. Dano Patrimonial.....	891
2.1.2. Dano Emergente ou Positivo.....	891
2.1.3. Lucro Cessante ou Dano Futuro.....	892
2.2. Ato Ilícito.....	892
2.3. Abuso de Direito.....	893
2.4. Atividade de Risco .....	894
2.5. Nexo Causal .....	899
2.6. Nexo Concausal ou Concausa.....	899
3. Acumulação das Indenizações – Acidente de Trabalho.....	900
3.1. Benefício Previdenciário × Indenização por Acidente de Trabalho.....	900
3.1.1. Acidente de Trabalho sem Sequelas.....	900
3.1.2. Acidente de Trabalho com Sequela – Invalidez .....	903
3.1.3. Prescrição.....	909
3.1.4. Fluência do Prazo Prescricional.....	912
4. Dano Moral ou Extrapatrimonial .....	913
4.1. Espécies .....	913

4.2. Conceito.....	916
4.3. Transmissibilidade .....	924
4.4. Quantificação da Indenização do Dano Moral.....	924
4.4.1. Quantificação .....	925
4.5. Dano Moral Vertical e Horizontal .....	928
4.6. Dano Moral Coletivo .....	928
4.6.1. Direitos e Interesses Difusos .....	930
4.6.2. Direitos e Interesses Coletivos.....	930
4.6.3. Direitos e Interesses Individuais Homogêneos .....	932
4.7. Assédio Moral ou Psicoterrorismo.....	933
4.7.1. Reparação.....	935
4.8. Assédio Sexual.....	935
4.9. Correção Monetária e Juros de Mora Incidentes sobre o Valor da Indenização por Danos Morais.....	937
5. Descontos Indenizatórios por Dano Patrimonial .....	938
6. Limite de Desconto .....	939
<b>CAPÍTULO 26 – IGUALDADE SALARIAL .....</b>	<b>941</b>
1. Equiparação Salarial.....	941
1.1. Requisitos.....	941
1.1.1. Contemporaneidade .....	942
1.1.2. Mesmo Empregador .....	943
1.1.3. Identidade de Atribuições.....	944
1.1.4. Mesma Localidade × Mesmo Estabelecimento.....	946
1.1.5. Diferença de Tempo na Função Não Superior a Dois Anos a Favor do Modelo × Diferença de Tempo no Emprego Não Superior a Quatro Anos a Favor do Modelo.....	946
1.1.6. Identidade de Produtividade e Perfeição Técnica.....	947
1.1.7. Inexistência de Plano de Cargos e Salários com Previsão Alternada de Promoção por Antiguidade e Merecimento × Inexistência de Plano de Cargos e Salários, Podendo Conter Previsão de Promoção por Merecimento e/ou por Antiguidade .....	947
1.1.8. Mesmo Regime Jurídico e Empregado Público.....	949
1.1.9. O Modelo Não Pode Ser Empregado Readaptado.....	950
1.1.10. Desnível Salarial Originado de Sentença × Equiparação em Cadeia Vedada.....	950

1.1.11. Discriminação Salarial por Etnia ou Sexo .....	950
1.1.12. Número de Paradigmas .....	950
1.1.13. Ônus da Prova .....	951
2. Enquadramento e Desvio de Função .....	951
3. Salário-substituição .....	952
3.1. Conceito e Requisitos .....	952
4. Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro .....	954
5. Isonomia entre o Trabalhador Temporário e o Efetivo .....	955
<b>CAPÍTULO 27 – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>957</b>
1. Suspensão e Interrupção .....	957
2. Suspensão .....	957
2.1. Conceito e Características .....	957
2.2. Obrigações das Partes Durante a Suspensão Contratual .....	959
2.3. Prescrição .....	960
2.4. Despedida Injusta no Curso da Suspensão .....	961
3. Hipóteses de Suspensão .....	962
3.1. Serviço Militar Obrigatório – Art. 472 da CLT .....	962
3.2. Encargos Civis Públicos .....	962
3.3. Mandato Sindical .....	962
3.4. Suspensão Disciplinar .....	963
3.5. Suspensão para Responder a Inquérito Judicial .....	963
3.6. Diretor Eleito de S/A .....	964
3.7. Greve – Lei nº 7.783/89 .....	964
3.8. Auxílio-doença .....	965
3.9. Aposentadoria por Invalidez .....	967
3.10. Licença-maternidade .....	967
3.11. Acidente de Trabalho .....	972
3.12. Suspensão para Curso .....	972
3.13. Faltas Injustificadas .....	973
3.14. Afastamento por até Seis Meses .....	973
3.15. Trabalho Intermitente .....	973
4. Interrupção do Contrato de Trabalho .....	973
4.1. Conceito .....	973
4.2. Hipóteses de Interrupção .....	974



<b>CAPÍTULO 28 – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SAÚDE DO TRABALHADOR</b> .....	977
1. Introdução .....	977
2. Meio Ambiente do Trabalho.....	977
2.1. Breve Histórico.....	977
2.2. Convenções da OIT.....	980
2.3. Noções de Saúde e Segurança.....	982
2.4. Meio Ambiente.....	983
2.5. Princípios Ambientais Constitucionais.....	983
2.6. Saúde e Segurança no Meio Ambiente do Trabalho.....	984
3. Conclusão.....	987
 <b>CAPÍTULO 29 – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO</b> .....	989
1. Alteração das Cláusulas Contratuais.....	989
2. Classificação das Alterações de Cláusulas Contratuais.....	989
2.1. Obrigatória e Voluntária .....	990
2.2. Quantitativa e Qualitativa .....	992
2.3. Lícitas ou Ilícitas.....	992
2.4. Alterações de Cláusulas Contratuais .....	993
3. Novação .....	1003
4. <i>Ius Resistentiae</i> e <i>Ius Variandi</i> .....	1004
 <b>CAPÍTULO 30 – EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO</b> .....	1007
1. Terminologia .....	1007
2. Causas.....	1008
2.1. Extinção Normal.....	1008
2.1.1. Terminação Antecipada do Contrato a Termo .....	1009
2.1.1.1. Iniciativa do Empregador .....	1009
2.1.1.2. Iniciativa do Empregado.....	1011
2.1.1.3. Força Maior e Culpa Recíproca.....	1011
2.1.2. Contratos Submetidos a Condição Resolutiva .....	1012
2.2. Extinções Anormais – Espécies ou Modos .....	1012
2.2.1. Resilição.....	1013
2.2.2. Resolução.....	1013
2.2.3. Rescisão .....	1013
2.2.4. Força Maior.....	1014

2.2.5. <i>Factum Principis</i> .....	1015
2.2.6. Morte.....	1016
2.2.7. Extinção da Empresa, Fechamento ou Falência .....	1016
2.2.8. Aposentadoria .....	1017
2.2.9. <i>Ope Judicis</i> .....	1024
2.2.10. Extinção de Pleno Direito.....	1024
<b>CAPÍTULO 31 – RESILIÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>1025</b>
1. Distrato.....	1025
2. Dispensa ou Despedida .....	1028
2.1. Conceito.....	1028
2.2. Natureza Jurídica .....	1029
2.3. Modo, Efeito e Tipos .....	1030
2.4. Requisitos.....	1030
3. “Pedido de” Demissão.....	1032
3.1. Conceito.....	1033
3.2. Natureza Jurídica .....	1033
3.3. Modo e Efeito .....	1033
3.4. Requisitos.....	1033
3.5. Penalidade Prevista no Art. 477, § 8º, da CLT.....	1036
3.6. Quitação Parcial.....	1041
<b>CAPÍTULO 32 – AVISO PRÉVIO .....</b>	<b>1043</b>
1. Histórico.....	1043
2. Conceito e Regras Gerais .....	1043
3. Forma.....	1046
4. Extinção do Contrato.....	1046
5. Natureza Jurídica .....	1047
5.1. Trabalhado.....	1047
5.2. Indenizado pelo Empregador.....	1047
5.3. Indenizado pelo Empregado .....	1049
6. Prazo e Retratação .....	1050
6.1. Contagem .....	1051
7. Finalidade.....	1051
8. Efeitos .....	1051
8.1. Empregado Urbano .....	1051

8.1.1. Jornada Reduzida ou Dispensa do Trabalho por Sete Dias..	1051
8.1.2. Jornada Reduzida Não Concedida.....	1053
8.1.3. Integração ao Tempo de Serviço do Aviso Prévio Indeni- zado .....	1053
8.2. Empregado Rural .....	1054
8.3. Doméstico.....	1055
9. Prazo do Aviso Prévio.....	1055
10. Aviso Prévio Proporcional .....	1055
10.1. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço.....	1056
10.2. Campo de Aplicação .....	1057
10.3. Prazo .....	1058
10.4. Aviso Prévio Trabalhado – Art. 488 da CLT .....	1058
10.5. Aviso Prévio Não Trabalhado – Conversão em Pecúnia: Integração ao Tempo de Serviço e Natureza .....	1058
10.6. Aplicabilidade ou Não das Demais Regras da CLT .....	1059
10.7. Renúncia – Súmula nº 276 do TST e Negociação Coletiva.....	1060
11. Contrato a Termo.....	1060
12. Cabimento .....	1061
13. Base de Cálculo do Aviso Prévio .....	1062
14. Estabilidade .....	1063
15. Justa Causa.....	1063
16. Professor .....	1064
<b>CAPÍTULO 33 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>1065</b>
<b>Título I – Justa Causa .....</b>	<b>1065</b>
1. Poder Disciplinar .....	1066
1.1. Teoria Penalista .....	1066
1.2. Teoria Civilista .....	1066
1.3. Teoria Administrativista.....	1066
1.4. Teoria do Direito Especial ou do Poder Especial.....	1066
2. Punições.....	1067
2.1. Gradação da Pena .....	1068
3. Tipos de Punição .....	1068
3.1. Advertência .....	1068
3.2. Suspensão.....	1068
3.3. Multa.....	1068

3.4. Justa Causa.....	1069
3.4.1. Sistema Legislativo .....	1070
3.4.2. Forma .....	1071
3.4.3. Tipos .....	1071
3.4.4. Requisitos para Aplicação da Justa Causa .....	1072
4. Estudo de Algumas Faltas.....	1082
4.1. Improbidade .....	1082
4.2. Incontinência de Conduta .....	1084
4.3. Mau Procedimento.....	1085
4.4. Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando Constituir Concorrência a Empresa ou Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando for Prejudicial ao Serviço .....	1088
4.5. Condenação Criminal Transitada em Julgado de Pena Privativa de Liberdade .....	1092
4.6. Desídia.....	1094
4.7. Embriaguez Habitual ou em Serviço .....	1096
4.8. Violação de Segredo da Empresa.....	1101
4.9. Insubordinação e Indisciplina .....	1103
4.10. Abandono de Emprego .....	1105
4.11. Ofensas Físicas contra o Empregador, Superior Hierárquico ou Qualquer Pessoa .....	1107
4.12. Atos Lesivos da Honra e da Boa Fama .....	1108
4.13. Prática Constante de Jogos de Azar .....	1109
4.14. Perda da Habilitação ou Requisitos para Exercer a Profissão .....	1111
4.15. Atos atentatórios à Segurança Nacional.....	1111
4.16. Falta Contumaz de Pagamento de Dívida.....	1117
4.17. Greve Declarada Ilegal ou Abusiva.....	1118
<b>Título II – Despedida Indireta.....</b>	<b>1119</b>
5. Nomenclaturas .....	1119
6. Conceito.....	1119
7. Requisitos.....	1119
8. Forma.....	1121
9. Pedido Justo de Demissão .....	1124
10. Tipos.....	1125
10.1. Serviços Superiores às Forças do Empregado, Defesos por Lei, Contrários aos Bons Costumes ou Alheios ao Contrato.....	1125

10.2. Tratado pelo Empregador ou Superior Hierárquico com Rigor Excessivo.....	1127
10.3. Correr Perigo Manifesto de Mal Considerável .....	1127
10.4. Descumprimento das Obrigações do Contrato de Trabalho.....	1128
10.5. Redução de Trabalho por Parte do Empregador Quando este for por Peça ou por Tarefa .....	1130
10.6. Art. 407 da CLT .....	1131
<b>Título III – Culpa Recíproca.....</b>	<b>1131</b>
11. Requisitos.....	1131
<b>Título IV – Obrigações Decorrentes da Extinção do Contrato de Trabalho .....</b>	<b>1133</b>
<b>CAPÍTULO 34 – ESTABILIDADE.....</b>	<b>1135</b>
1. Estabilidade e Garantia de Emprego .....	1135
2. Conceito.....	1136
3. Classificação da Estabilidade .....	1136
3.1. Quanto ao Tipo ou Forma.....	1136
3.2. Quanto à Duração.....	1138
3.3. Quanto ao Procedimento de Dispensa.....	1139
3.4. Quanto ao Interesse.....	1139
4. Contrato por Prazo Determinado .....	1140
5. Cargos e Atividades que Não Ensejam a Estabilidade.....	1140
6. Extinção da Estabilidade.....	1141
7. Ajuizamento da Ação Depois de Decorrido o Período de Estabilidade.....	1142
8. Reintegração e Readmissão .....	1142
9. Interrupção e Suspensão Contratual.....	1143
10. Hipóteses.....	1144
10.1. Estabilidade Decenal e FGTS.....	1144
10.1.1. Estabilidade Decenal e a Constituição de 1988.....	1145
10.1.2. Características .....	1145
10.2. Estabilidade Sindical.....	1146
10.2.1. Dirigente de Associação Profissional.....	1146
10.2.2. Dirigente Sindical.....	1147
10.2.3. Requisitos para Aquisição da Estabilidade.....	1148
10.2.4. Exceções.....	1152
10.2.5. Inquérito Judicial.....	1153

10.2.6. Características .....	1154
10.3. Estabilidade da Gestante.....	1154
10.3.1. Conhecimento pelo Empregador.....	1154
10.3.2. Conhecimento pela Empregada.....	1155
10.3.3. Reintegração ou Indenização.....	1156
10.3.4. Interrupção da Gravidez ou Morte da Mãe.....	1157
10.3.5. Estabilidade – Contrato a Termo.....	1158
10.3.6. Doméstica.....	1159
10.3.7. Características .....	1159
10.4. Estabilidade do Titular da CIPA .....	1160
10.4.1. Criação e Extinção .....	1160
10.4.2. Representante dos Empregados.....	1162
10.4.3. Extinção do Estabelecimento e Transferência .....	1162
10.4.4. Características .....	1163
10.4.5. Ajuizamento da Ação após o Prazo da Estabilidade.....	1163
10.5. Estabilidade do Acidentado.....	1164
10.5.1. Empregados Excluídos .....	1164
10.5.2. Requisitos .....	1165
10.5.3. Acidente de Trabalho, Doença Profissional e Doença do Trabalho .....	1165
10.5.4. Comunicação do Acidente.....	1167
10.5.5. Cessaçao do Auxílio-Doença.....	1168
10.5.6. Alta Médica.....	1168
10.5.7. Constitucionalidade do Art. 118 da Lei nº 8.213/91 .....	1168
10.5.8. Características .....	1169
10.5.9. Contrato de Experiência ou Contrato a Termo .....	1169
11. Outras Estabilidades.....	1169
11.1. Empregado Público – Art. 41 da CRFB.....	1169
11.2. Empregado Público – Art. 19 do ADCT.....	1175
11.3. Empregado Público e Servidor Público .....	1176
11.3.1. Empregado Público e Servidor Público.....	1176
11.3.2. Empregados Públicos Admitidos Há menos de 5 Anos da Constituição/88 sem Concurso Público e a EC nº 19/98 ....	1177
11.3.3. Lei nº 9.962/2000 .....	1179
11.3.4. Regime Jurídico Único e a Lei nº 9.962/2000.....	1180
11.4. Empregado Público de Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista .....	1181

11.5. Aprendiz – Art. 433 da CLT.....	1182
11.6. Membro do Conselho Nacional da Previdência Social .....	1182
11.7. Membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia.....	1183
11.8. Membro da Comissão de Conciliação Prévia da Empresa .....	1183
11.9. Dirigentes Representantes dos Empregados nas Cooperativas ...	1183
11.10.Representantes dos Empregados nas Empresas com Mais de 200 Empregados .....	1184
11.11.Ato Discriminatório.....	1186
11.12.Leis Eleitorais.....	1187
11.13.Deficientes Físicos ou Reabilitados.....	1187
11.14.Portador do Vírus da AIDS .....	1190

## **CAPÍTULO 35 – FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO .....**

1193

### **Título I – FGTS .....**

1193

1. Histórico.....	1193
2. Opção .....	1194
3. Cabimento .....	1197
4. Regime do FGTS .....	1197
4.1. Contas Vinculadas do FGTS.....	1198
4.1.1. Opção Simples – Lei nº 5.107/66.....	1199
4.1.2. Opção Retroativa – Prevista na Lei nº 5.958/73 .....	1199
4.1.3. Opção com Transação – Prevista na Lei nº 5.107/66 .....	1201
5. Administração do Fundo.....	1201
6. Natureza Jurídica do FGTS.....	1202
7. Exceção .....	1203
8. Base de Cálculo.....	1203
9. Indenização Adicional de 40%.....	1204
10. Conversão de Regime Jurídico .....	1205
11. Saques .....	1206
12. Prescrição do FGTS .....	1210
13. Expurgos Inflacionários .....	1212

### **Título II – Indenização por Tempo de Serviço .....**

1214

14. Indenização por Tempo de Serviço .....	1214
15. Conceito.....	1215
16. Natureza Jurídica – Teorias.....	1215

16.1. Teoria do Crédito.....	1215
16.2. Teoria do Ressarcimento do Dano ou Assistencial.....	1215
16.3. Teoria do Risco Profissional, do Risco Criado ou da Teoria Objetiva.....	1216
16.4. Teoria da Previdência, Previdencial ou da Assistência Social.....	1216
16.5. Teoria da Pena ou Penal.....	1216
16.6. Teoria do Prêmio, Premial ou Prêmio Colaboração.....	1217
16.7. Teoria do Salário Diferido ou Retido.....	1217
16.8. Teoria do Abuso do Direito.....	1217
16.9. Teoria da Integração do Aviso Prévio.....	1217
17. Conclusão e Teorias Mistas.....	1218
<b>CAPÍTULO 36 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....</b>	<b>1219</b>
1. Breve Histórico.....	1219
2. Finalidade e Natureza Jurídica.....	1219
2.1. Introdução.....	1221
3. Prescrição.....	1221
3.1. Conceito.....	1221
4. Decadência.....	1223
4.1. Conceito.....	1223
4.2. Diferenças entre a Prescrição e a Decadência.....	1224
5. Normas Gerais de Prescrição.....	1225
6. Prescrição Trabalhista.....	1226
7. Espécies de Prescrição.....	1226
7.1. Extintiva.....	1226
7.2. Total.....	1227
7.3. Parcial.....	1228
8. Casos Especiais.....	1229
8.1. Menor.....	1229
8.2. Demais Casos.....	1230
9. Das Causas que Obstatam o Fluxo do Prazo Prescricional.....	1230
9.1. Interrupção.....	1232
9.2. Demora na Citação.....	1233
9.2.1. Ajuizamento da Ação.....	1234
9.2.2. Arquivamento.....	1234
9.2.3. Contagem do Prazo Interrompido.....	1235



9.2.4. Protesto Judicial.....	1236
9.3. Suspensão e Impedimento.....	1236
10. Contagem da Prescrição.....	1239
10.1. <i>Dies a Quo</i> (Termo Inicial da Contagem do Prazo).....	1239
10.1.1. Extintiva – Prazos – Jurisprudência.....	1239
10.1.2. Parcial – Prazos – Jurisprudência.....	1239
10.1.3. Total – Prazos – Jurisprudência.....	1239
10.2. <i>Dies Ad Quem</i> (Termo Final da Contagem do Prazo).....	1239
11. Arguição da Prescrição.....	1240
12. Prescrição Intercorrente.....	1241

## UNIDADE II

### DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

<b>CAPÍTULO 37 – DIREITO COLETIVO .....</b>	<b>1245</b>
1. Introdução .....	1245
2. Denominação .....	1246
3. Autonomia .....	1246
4. Definição.....	1247
5. Princípios.....	1247
5.1. Princípio da Liberdade Sindical.....	1247
5.2. Princípio da Preponderância do Interesse Coletivo sobre o Individual .....	1248
5.3. Princípio da Autonomia Coletiva ou Poder de Autorregulamentação .....	1249
5.4. Princípio da Busca do Equilíbrio Social ou da Paz Social.....	1249
5.5. Princípio da Adequação ou da Adaptação.....	1249
5.6. Princípio do Limite da Negociação Coletiva.....	1250
5.7. Princípio da Boa-fé ou da Lealdade entre os Negociantes.....	1259
5.8. Princípio da Intervenção Obrigatória dos Sindicatos .....	1260
5.9. Princípio da Equivalência entre os Negociantes.....	1260
5.10. Princípio da Atuação de Terceiros.....	1260
5.11. Outros Princípios.....	1260
6. Entes Coletivos – Histórico.....	1262
6.1. Resumo Cronológico.....	1265

7. Sindicatos.....	1265
7.1. Conceito.....	1265
7.2. Natureza Jurídica e Representação do Sindicato .....	1266
7.3. Condições de Registro e Funcionamento .....	1269
7.4. Forma de Custeio – Contribuições Sindicais .....	1270
8. Formas de Solução de Conflitos Coletivos .....	1271
8.1. Conflitos Coletivos do Trabalho .....	1273
8.2. Autodefesa ou Autotutela.....	1277
8.3. Autocomposição .....	1278
8.4. Heterocomposição .....	1279
9. Negociação Coletiva do Trabalho.....	1280
9.1. Conceito e Características.....	1280
9.2. Procedimento da Negociação Coletiva .....	1282
9.3. Classificação das Negociações Coletivas do Trabalho .....	1282
10. Formas Extrajudiciais de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho .....	1284
10.1. Conciliação .....	1284
10.2. Mediação.....	1285
10.3. Arbitragem.....	1287
10.4. <i>Mini-trial</i> .....	1290
10.5. <i>Summary Jury Trial</i> .....	1291
10.6. <i>Early Neutral Evaluation</i> .....	1291
10.7. <i>Ombudsman</i> .....	1291
10.8. Tribunais Privados ou <i>Rent a Judge</i> .....	1291
10.9. <i>Fact-finding</i> .....	1292
10.10. Termo de Ajuste de Conduta.....	1292
10.11. Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho.....	1292
10.11.1. Conceito .....	1292
10.11.2. Natureza Jurídica – Teorias .....	1293
10.11.3. Duração, Pressupostos e Validade.....	1295
10.11.4. <i>Quorum</i> .....	1297
10.11.5. Espécies de Cláusulas Coletivas.....	1299
10.11.6. Efeitos das Cláusulas Coletivas sobre o Contrato de Trabalho.....	1299
10.11.7. Peculiaridades do Acordo Coletivo .....	1302

10.11.8. Conflito entre Acordo e Convenção Coletiva.....	1303
10.11.9. Legitimados.....	1305
10.11.10. Categoria e Base Territorial.....	1306
10.11.11. Nulidade da Norma Coletiva .....	1308
10.12. Contrato Coletivo de Trabalho.....	1310
11. Poder Normativo na Justiça do Trabalho e a EC nº 45/04.....	1312
11.1. Introdução .....	1312
11.2. Poder Normativo da Justiça do Trabalho.....	1312
11.3. Emenda Constitucional nº 45/04.....	1314
11.4. Críticas.....	1315
11.5. Dissídio Coletivo de Natureza Econômica por Mútuo Consentimento .....	1316
<b>CAPÍTULO 38 – GREVE .....</b>	<b>1319</b>
1. Conceito.....	1319
2. Origem da Palavra.....	1319
3. Histórico.....	1320
3.1. No Brasil .....	1320
4. Natureza Jurídica .....	1321
5. Finalidade.....	1322
6. Suspensão do Contrato de Trabalho.....	1323
7. Tipos de Greve.....	1323
8. Requisitos.....	1325
9. Legitimidade .....	1326
10. Limitação do Direito de Greve.....	1326
11. Greve Abusiva ou Ilícita.....	1328
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1331</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....</b>	<b>1345</b>